

CONTRATO CEDAE N.º 075 /2018 (DS)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **RHIZOBIUM CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. MARCIO DE MELO ROCHA, Diretor de Esgoto e Saneamento, doravante denominada **CEDAE**, e a **RHIZOBIUM CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, com sede em na Avenida Rio Branco, n.º 156, sala 2217, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.071.493/0001-08, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. BRUNO PEÇANHA ALONSO GONÇALVES, portador da cédula de identidade n.º 005.935.613-48 (DETRAN), inscrito no CPF sob n.º 082.806.397-48, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n. **E-07/100.060/2017**, mediante **Tomada de Preços nº 401/2017**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a CEDAE, "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA, SEDIMENTO E BIOTA MARINHA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA**", obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por Tomada de Preços - TP nº 401/2017, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. (UM)
01	COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR E MEDIÇÕES DE CAMPO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	12
02	ANÁLISES DE AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	12
03	ANÁLISES DE PARÂMETROS INORGÂNICOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	02
04	COLETA DE AMOSTRAS DE SEDIMENTO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA	02
05	ANÁLISE DE AMOSTRAS DE SEDIMENTO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA	02
06	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE ANÁLISES DE COLETAS DE ÁGUA E SEDIMENTOS.	02

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CEDAE**.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do

presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, devendo ser indicado preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA deverá prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Quinto - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Sétimo - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Oitavo - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

Parágrafo Nono - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados..... 2%;
- II - de 201 a 500..... 3%;
- III - de 501 a 1.000..... 4%;
- IV - de 1.001 em diante. 5%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Fonte: 10
Código Orçamentário: 33903982
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110316
ID da Reserva Orçamentária: 2018000578

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 240.171,90 (duzentos e quarenta mil, cento e setenta e um reais e noventa centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. (UM)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	COLETA DE AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR E MEDIÇÕES DE CAMPO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	12	7.900,00	94.800,00
02	ANÁLISES DE AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	12	9.850,75	118.209,00
03	ANÁLISES DE PARÂMETROS INORGÂNICOS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DO MAR EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA.	02	4.386,28	8.772,56
04	COLETA DE AMOSTRAS DE SEDIMENTO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA	02	1.500,00	3.000,00
05	ANÁLISE DE AMOSTRAS DE SEDIMENTO EM PONTOS SOB A INFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA	02	1.195,17	2.390,34
06	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE ANÁLISES DE COLETAS DE ÁGUA E SEDIMENTOS.	02	6.500,00	13.000,00
VALOR TOTAL				240.171,90

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, mão de obra, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, custos financeiros, lucro e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da apresentação da proposta de preços da contratada, observada a legislação pertinente, somente se ocorrer variação do valor contratual, face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, tendo como data base o mês de apresentação da Proposta de Preços. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

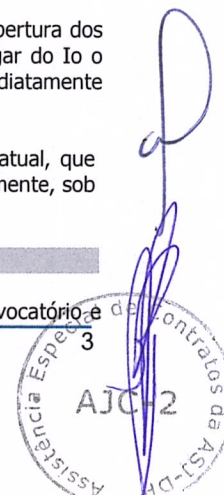
c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

e) As partes convencionam que o prazo decadencial para a CONTRATADA solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na CEDAE, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório.



da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) Provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do Termo de Aceitação Provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) Definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 - No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se

pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão; a sub-rogação; a subcontratação dos serviços descritos no subitem 17.8 do edital de licitação sem a prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

Parágrafo Décimo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá a fiscalização do regime de cotas de que trata o parágrafo nono da Cláusula Quarta da Minuta de Contrato, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quarto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Quinto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sexto - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 12 (doze) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo XII deste edital.

Parágrafo Primeiro - Caso a **CONTRATADA** estiver estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação da mesma.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos terceiro e quarto o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo nono cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a sub rogação; ou a subcontratação dos serviços, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os Arts. 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei

8.883/94.

Parágrafo Quinto: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE**, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial

do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A caução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato deverá ser efetuada pela **CONTRATADA** na forma de moeda corrente nacional e ficará depositada na tesouraria da **CEDAE**, sendo liberada ou restituída após sua execução satisfatória.

Parágrafo Primeiro - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à **CEDAE** decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato, e
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

Parágrafo Segundo - Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 5% (cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

Parágrafo Terceiro - Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

Parágrafo Quarto - Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto - As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados a bióloga, **LUCIANA PEREIRA TORRES CHEQUER**, portadora do Registro CR-Bio-02 78721, inscrita no CPF sob nº 104.533.747-19, que fica autorizada a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter a profissional indicada na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por **Tomada de Preços - TP nº 401/2017 - ASL-DP** (Processo E-07/100.060/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

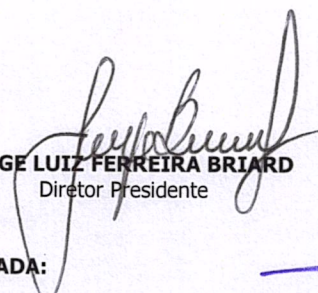
CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

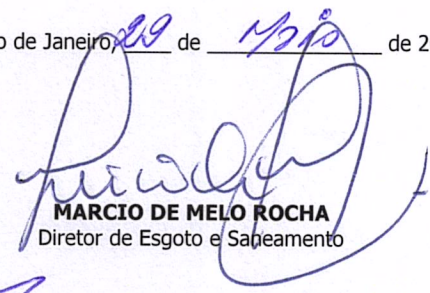
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

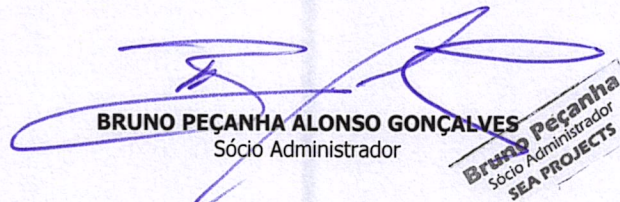
Rio de Janeiro, 29 de Maio de 2018.

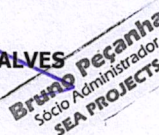
Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCIO DE MELO ROCHA
Diretor de Esgoto e Saneamento

Pela **CONTRATADA**:


BRUNO PEÇANHA ALONSO GONÇALVES
Sócio Administrador


Bruno Peçanha
Sócio Administrador
SEA PROJECTS

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-RHIZOBIUM-CONSULTORIA-AMBIENTAL-contratacao-de-servicos-de-coleta-TP-401-2017-PLDR

4.3.01.06	Dividendos
4.3.01.07	Receita de Publicidade
4.3.02	Recuperação diversas
4.3.02.01	Reembolsos diversos
4.3.02.02	Venda de sucatas
4.3.03	Receitas patrimoniais
4.3.03.01	Resultado da venda de bens
4.4	Receita de Participações Societárias
4.4.01	Receita em Participações com Empresa Coligadas
4.4.01.01	Receita de Participações Societárias
4.5	Outras Receitas não Operacionais
5	CONTAS DE COMPENSAÇÃO
5.1	Resultado do exercício
5.1.01	Apuração do Resultado do exercício

Resaltamos que as principais alterações promovidas pela legislação que trouxeram impacto nos procedimentos e práticas contábeis de acordo com Resolução CFC nº 1.159/2009, item 2 IV - Principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009 e devem ser acompanhadas pelas empresas de Transporte, podem ser assim resumidas:

- Classificação do Ativo e do Passivo em "Circulante" e "Não Circulante";
- Extinção do grupo Ativo Permanente;
- Criação do subgrupo "Intangível" no grupo do Ativo Não Circulante;
- Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos;
- Aplicação, ao final de cada exercício social, do Teste de Recuperabilidade dos Ativos (teste de impairment);
- Registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing);
- Extinção do grupo Resultados de Exercícios Futuros;
- Criação, no Patrimônio Líquido, da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial";
- Destinação do saldo de Lucros Acumulados;
- Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital;
- Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente contabilizados em conta de Reserva de Capital;
- Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não Operacionais;
- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias;
- Obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas Companhias Abertas;
- Criação do Regime Tributário de Transição (RTT);
- Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo;
- Bibliografia, material pesquisado, legislação consultada e Fontes de Referência.

- Pronunciamentos do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (antigo Instituto Brasileiro de Contadores);
- Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC;
- Deliberações, instruções, ofícios circulares e pareceres de orientação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
- Normas internacionais de contabilidade (International Accounting Standards - IAS);
- Normas internacionais de informações financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS);
- Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das sociedades por ações);
- Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007;
- Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009;
- *República por incorporeções no original publicada no D.O. de 06.06.2018.

Id: 2111318

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 08.05.2018

PROC. Nº E-10/005/3634/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11256077, requerido por Marcopolo S/A, com as seguintes especificações:

Carroceria: Micromaster rodoviário modelo Volare W-L, com ar-condicionado e guia;
Chassi: Marcopolo SA
Distância entre eixos: 5.500mm
Lotação: 30 passageiros sentados.
Obs. Com sanitário e motorista auxiliar

DE 28.05.2018

PROC. Nº E-10/005/4150/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11238654 requerido por Marcopolo S/A, com as seguintes especificações:

Carroceria: Micromaster urbano modelo Torino G7, com ar condicionado e elevador de gaveta no entre-eixo
Chassi: MBB OF-1721 Euro V
Distância entre eixos: 5250mm
Lotação: 36 passageiros sentados e 32 passageiros em pé
Obs. Sem posto de cobrador.

DE 30.05.2018

PROC. Nº E-10/005/7647/2017 - Tendo em vista o descumprimento de dispositivo regulamentar - art.49, do Decreto nº 3.893/81, fica suspensa por trinta dias a operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na modalidade de fretamento turístico por parte da empresa Atlantic Tur Agência de Viagens e Turismo e Locadora de Veículos LTDA. ME (RJ-854). Findo este prazo sem a regularização da situação que deu origem à suspensão, será cancelada a autorização conferida à empresa para a atividade mencionada.

PROCESSO Nº E-10/005/954/2018 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, **DETERMINO** o cancelamento do Auto de Infração nº D-625008.

DE 05.06.2018

PROCESSO Nº E-10/005/13739/2015 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, **DETERMINO** o cancelamento do Auto de Infração nº D-636514.

DE 06.06.2018

PROC. Nº E-10/005/7607/17 - TORNA SEM EFEITO o despacho de 10.05.2018, publicado no Diário Oficial de 18 de maio de 2018, página 37, 3ª coluna, por duplicidade de publicação.

Id: 2111398

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DE 29.05.2018

PROC. Nº E-10/005/6466/2018 - CONCEDE o benefício de Auxílio Funeral a requerente RONIE OLIVEIRA TAVARES, no valor de R\$ 2.187,09 (dois mil cento e oitenta e sete reais e nove centavos), de acordo com a Portaria SUBRE/SEPLAG nº 012 de 26 de maio de 2008, publicado no Diário Oficial de 29 de maio de 2008 e legislação constante do anexo da mesma, conforme Processo nº E-10/005/6466/2018.

Id: 2111422

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS COMISSÃO PERMANENTE DE JUDGAMENTO DE RECURSOS

ATA DA 15ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2018

RECURSO DEFERIDO: Viagem União LTDA.- E-10/005/4047/2018- Al D 678323, RECURSOS CONHECIDOS E INDEFERIDOS: Empresa Brasil de Transportes e Turismo LTDA.- E-10/005/6357/2018- Al D 636092- E-10/005/5683/2018- Al D 675886, Auto Vição ABC S/A- E-10/005/13249/2017- Al D 689168- E-10/005/1211/2018- Al D 711223- E-10/005/5677/2018- Al D 676417, Auto Ônibus Fagundes LTDA.- E-10/005/1441/2017- Al D 708402, Vição Estrela S/A- E-10/005/1322/2018- Al D 711258, Vição Galo Branco S/A- E-10/005/1323/2018- Al D 711257, Vição Teresópolis e Turismo LTDA.- E-10/005/5677/2018- Al D 687410- E-10/005/3845/2018- Al D 690559- E-10/005/3842/2018- Al D 690552- E-10/005/3864/2018- Al D 690556- E-10/005/2827/2018- Al D 687410- E-10/005/2068/2018- Al D 711262- E-10/005/3848/2018- Al D 690554- E-10/005/3849/2018- Al D 708407- E-10/005/3853/2018- Al D 681097- E-10/005/3855/2018- Al D 710481- E-10/005/3858/2018- Al D 675874- E-10/005/3859/2018- Al D 710480- E-10/005/3862/2018- Al D 714220- E-10/005/4933/2018- Al D 690591, Empresa de Transportes Flores LTDA.- E-10/005/3932/2018- Al D 711265, Expresso Real Rio LTDA.- E-10/005/3021/2018- Al D 711266, Transportadora Macabu LTDA.- E-10/005/3032/2018- Al D 711280, Transporte e Turismo Machado LTDA.- E-10/005/3377/2018- Al D 711299- E-10/005/3930/2018- Al D 671899- E-10/005/3932/2018- Al D 671899- E-10/005/3933/2018- Al D 671899, Auto Vição Reginas LTDA.- E-10/005/3578/2018- Al D 711266, Marcio José Alcides- E-10/005/3753/2018- Al D 705676, Vição Penedo LTDA.- E-10/005/3866/2018- Al D 711263- Carlos Marcio Ribeiro Moreira- E-10/005/4027/2018- Al D 667345, Vição Falcão LTDA.- E-10/005/4029/2018- Al D 700245, Unirio Transportes LTDA.- E-10/005/4038/2018- Al D 714216, Jonas Fabio Guverney- E-10/005/4174/2018- Al D 678607, Robson Alves de Souza- E-10/005/4192/2018- Al D 677302, Virgilio Fonseca da Costa- E-10/005/4378/2018- Al D 694421, Vição Cidade do Aço LTDA.- E-10/005/4911/2018- Al D 662216, Auto Vição Vera Cruz LTDA.- E-10/005/4935/2018- Al D 673028, TREL Translunismo Rei LTDA.- E-10/005/4960/2018- Al D 678330- E-10/005/4971/2018- Al D 713448- E-10/005/4973/2018- Al D 713449- E-10/005/4974/2018- Al D 713450- E-10/005/4991/2018- Al D 678329- E-10/005/4995/2018- Al D 712972- E-10/005/4996/2018- Al D 712973, Fael Transportes e Turismo LTDA.- E-10/005/4990/2018- Al D 678330, T9 Transportes Branco LTDA. EPP- E-10/005/5679/2018- Al D 671913, Empresa de Ônibus e Turismo Pedro Antonio LTDA.- E-10/005/5681/2018- Al D 672728. Na data mais recente, eu Daniela de Barros Pinheiro Giglio, Id. Funcional nº 43441980, secretária da CJPJR, lavrei a presente Ata e em seguida encerrou-se a 15ª reunião.

Id: 2111405

Secretaria de Estado do Ambiente

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.184 DE 05 DE JUNHO DE 2018

RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/12 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 05/06/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/195, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.2748/2015, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da Empresa ENGENHARIA GUANDU LTDA - ME para a atividade de extração de sabão, localizada na Fazenda Santo Amaro, Guandu, 7º distrito do Município de Campos dos Goytacazes, e

- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil.

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a Empresa ENGENHARIA GUANDU LTDA para a atividade de extração de sabão, localizada na Fazenda Santo Amaro, Guandu, 7º distrito do Município de Campos dos Goytacazes, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2111329

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.185 DE 05 DE JUNHO DE 2018

AVERBA NA LICENÇA PRÉVIA - LP Nº IN039591.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 05/01/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/195, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/022.977/2008, referente à Licença Prévia - LP nº IN039591 da empresa OPORTUNIDADE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO para projeto de revitalização e expansão do Arete Buzios, constituído por um Aeroporto, Marina e Clube de Golfe, localizado na Praia Rasa, Município de Armação dos Búzios,

- o Parecer Técnico-CEAM nº 19/2018, da CEAM/INEA, e

- que a definição das áreas a serem recuperadas como compensação da área que sofrerá supressão de vegetação deve ser feita na fase da Licença de Instalação.

DELIBERA:

Art. 1º - Averbar na Licença Prévia - LP nº IN039591, em nome da empresa OPORTUNIDADE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, da seguinte forma:

1. A prorrogação da sua validade por mais 2 (dois) anos.

2. Suprimir a condicionante nº 6.9.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2111330

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

DESPACHO DO DIRETOR DE 05.06.2018

PROCESSO Nº E-07/508.402/2012 - Fica Aceita em CARÁTER DEFINITIVO a "EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO CÔRREGO D'ANTAS E RIO BENGALAS NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ", empresa CONSÓRCIO RIO BENGALAS, Contrato nº 09/2013, assinado em 18/02/2013, objeto do processo nº E-07/508.402/2012.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAIXO PARAIBA DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

DE 05.06.2018

PROCESSO Nº E-07/50773/2010 - Licença de Operação - LO IN045242, para uma usina de concreto, com produção de 3.500 m³/mês, instalada em uma área de 639,68 m², inserida em uma propriedade de 18.860,00 m², georeferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 262500 m E e 7586736 m N, (mesmo empreendimento), tendo em vista a documentação apresentada, que comprova a transferência da responsabilidade pelo empreendimento para Polimix Concreto Ltda., mantidas as condicionantes e o prazo de validade da licença anterior, devido à impossibilidade técnica de se proceder à alteração do número do CNPJ no Sistema de Licenciamento informatizado do INEA, ficando cancelada a Licença de Operação - LO Nº IN028120 anteriormente concedida à Quatzo Concreto Ltda.

CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO CONSELHO-DIRETOR

DE 06.06.2018

PROCESSO Nº E-07/510.147/2012 - Congregação Cristã no Brasil - Auto de Infração nº SUPMEPEAI/00139551, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC Nº 57/2016, de 04 de junho de 2016, tendo em vista manifesta intemperidade, deixa-se de processar o recurso.

DE 07.06.2018

PROCESSO Nº E-07/002.1953/2013 - UNIMED RIO Empreendimentos Médicos e Hospitalares - Auto de Infração nº COGFESEAI/00140400, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC Nº 55/2016, de 04 de junho de 2016, tendo em vista manifesta intemperidade, deixa-se de processar o recurso.

Id: 2111452

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/04/2018

DESIGNA MARCIA LUIZA JABER VIEIRA DE FARIA, Agente de Sanamento I, como Presidente, **RODRIGO FERREIRA BENTENCOURT**, Analista de Qualidade B e **ALESSANDRA PEREIRA RIBEIRO DA SILVA**, Agente de Sanamento G, como membros titulares e **RENATA KELLY LEITE PASSOS**, Técnica de Laboratório II, como membro suplente. Gerente do Contrato **WILTON LEMOS DOS PASSOS**, Técnico Eletromecânico II e **TEREZA CRISTINA REIS DA SILVA**, Analista de Qualidade C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA, SEDIMENTO E BIOTA MARINHA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA", de que trata o Processo nº E-07/100.060/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.120/2016.

Id: 2111248

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

ATO DO SUPERINTENDENTE

DE 04.06.2018

"Em cumprimento ao estabelecido no Art. 11 da Resolução Conjunta SEAPEC/SEPLAG nº 25, de 27 de abril de 2015, **RELACIONO** a pontuação final obtida após avaliação de produtividade dos servidores, no período de 15.04.2018 a 14.05.2018. Processo nº E-02/007/002545/2018.

Avaliação de produtividade - GAF

ID FUNCIONAL	NOTA PRODUTIVIDADE
5691966	1450
5691974	2030
5691982	1900
5692008	0
5692016	1350
5692024	1437
5692032	1400
5692040	1850
5692059	0
5704073	2250
5704090	900
5716489	2050
19312130	1650
19319940	1400
19320167	1420
19320531	1050
19321759	1450
19321864	1400
19322070	1400
19322372	1066
19322674	1340
19323662	1600
19324162	1400
19324464	1890
19324901	1250
19325150	900
19325380	1450

tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato SEAUJEP-SAM nº 014/2013 por 60 (sessenta) dias, a partir do dia 09/04/18. VALOR: Sem alteração de valor. DATA DE ASSINATURA: 06 / 04 / 2018. Processo nº E-07/001/303/2013.
* Omitido no D.O. de 09/04/2018.

Id: 2111322

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Doação INEA nº 14/2018. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Município de Quissamã. **OBJETO:** Doação gratuita, livre e desembaracada de um veículo automotor especificado no Anexo I. DATA DA ASSINATURA: 12/03/2018. **PROCESSO** Nº E-07/002/18/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Doação INEA nº 05/2018. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Município de Itaperuna. **OBJETO:** Doação gratuita, livre e desembaracada de um veículo automotor especificado no Anexo I. DATA DA ASSINATURA: 12/03/2018. **PROCESSO** Nº E-07/002/1784/2018.
* Omitido no D.O. de 22/03/2018.

Id: 2111450

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 15/2018 - Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 32/2014. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e MASTERVIR EXPRESS CENTRAL DE SERVIÇOS-IRELLI. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato INEA nº 32/2014, relativo à prestação de serviços contínuos de condução de veículos automotores. **PRAZO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14 de junho de 2018, dando-se ao contrato o prazo total de 54 (cinquenta e quatro) meses. **VALOR:** R\$ 1.385.595,32 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos). DATA DA ASSINATURA: 07/06/2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8866/93, e da Cláusula Segunda do Contrato. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº E-07/002.1054/2013.

Id: 2111451

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00144750

NOME: Célio Cesar Rodrigues Da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 793.914.227-15. **ENDEREÇO:** Rua Enfermeiro Renato José Correia, 1º Distrito, IN-FRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II, da Lei Estadual nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Mangaratiba. **PENALIDADE:** R\$ 1.242,50. **PROCESSO** Nº E-07/002.2056/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00144751

NOME: Célio Cesar Rodrigues da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 793.914.227-15. **ENDEREÇO:** Rua Enfermeiro Renato José Correia, 1º Distrito, IN-FRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II, da Lei Estadual nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Mangaratiba. **PENALIDADE:** R\$ 1.271,03. **PROCESSO** Nº E-07/002.1548/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO SUPBGEAI/00144725

NOME: Célio Cesar Rodrigues da Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 793.914.227-15. **ENDEREÇO:** Rua Enfermeiro Renato José Correia, 1º Distrito, IN-FRAÇÃO: Art. 2º, Inciso II, da Lei Estadual nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Mangaratiba. **PENALIDADE:** R\$ 1.260,35. **PROCESSO** Nº E-07/002.2037/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00137377

NOME: Condomínio do Edifício Felipe Herdman Lima. **CNPJ** Nº: 31.836.422/0001-25. **ENDEREÇO:** Rua Vicente de Lima Cleto, 66 - Nova Cidade - São Gonçalo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Suspensão da atividade de extração de água. **PROCESSO** Nº E-07/007.793/2012.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAI/00137296

NOME: JJC Serviços Gerais Ltda. **CNPJ** Nº: 07.295.487/0001-26. **ENDEREÇO:** Avenida Francisco Portela, 401 - Paraisópolis - São Gonçalo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Suspensão da atividade de extração de água. **PROCESSO** Nº E-07/504.138/2012.

Id: 2111449

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEAD nº 075/2018 (DS). **PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEAD - e a RHIZOBUM CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. **OBJETO:** "CONTRATO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA, SEDIMENTO E BIOTA MARINHA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DA BARRA DA TIJUCA". **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 240.171,90 (duzentos e quarenta mil cento e setenta e um reais e noventa centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 29/05/2018. **FUNDAMENTO:** **PROCESSO** Nº E-07/100.060/2017 (TP nº 401/2017).

Id: 2111249

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 003/2018. **PARTE:** FIPERJ e o Município de Miguel Pereira. **OBJETO:** Fortalecimento da Aquicultura Continental no Município de Miguel Pereira. **VIGÊNCIA:** vigorará por 24 meses. **DATA DA ASSINATURA:** 15 de maio de 2018. **FUNDAMENTO:** **PROCESSO** Nº E-02/006/01/2018.
* Omitido no DOERJ de 16/05/2018.

Id: 2111241

Secretaria de Estado de Cultura

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: II Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2016. **PARTE:** Secretaria de Estado de Cultura e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE RIO. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 07/08/2018. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 06/06/2018. **VALOR:** R\$ 9.920,88 (nove mil novecentos e vinte reais e oitenta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016, FR 100 e 2018NE00306. **PROCESSO** Nº E-18/001/320/2016.
* Omitido no D.O. de 07/06/2018.

Id: 2111346

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Permissão de uso. **PARTE:** FTM/RJ e o COMANDO DA MARINHA. **OBJETO:** O presente Termo de Permissão de Uso, em caráter eminentemente precário, tem por objeto o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sendo destinado exclusivamente para o seguinte EVENTO:

Apresentação da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais, em comemoração aos 210º anos da corporação, nos dias 28 e 29 de março de 2018.
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2018.
CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO.
Como contraprestação pela permissão de uso objeto deste termo, a PERMISSIONÁRIA fará apresentações com a participação de músicos e das Bandas Orquestrais dos Fuzileiros Navais em produções próprias do Teatro Municipal, não havendo custo financeiro, conforme acordo de Cooperação nº 001/2018.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93 e Lei Complementar Estadual nº 8/77.
AUTORIZAÇÃO: **PROCESSO** nº E-18/005/60/2018.
* Omitido no D.O. de 06/04/2018.

Id: 2111173

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria de Estado de Cultura-FUNARJ/SEC-RJ e da Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro, torna público o interesse a seleção de projetos culturais para programação regula na áreas externas da Casa de Oliveira Vianna, localizada à Alameda São Boaventura, 41, Niterói-RJ, para o ano de 2018.
Esta Chamada Pública tem por objetivo o fomento à produção e difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais, alinhados aos eixos do Sistema Estadual de Cultura.
Outros esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos no portal da FUNARJ: www.funarj.rj.gov.br

Id: 2111448

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2018.
PARTE: Fundação Teatro Municipal do RJ - FTM/RJ e a EMPRESA BG PROMOCOES CULTURAIS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - Constitui objeto do presente instrumento a alteração qualitativa do Contrato nº 02/2018, que se dá a substituição de RICARDO MASSI e o Iluminador Técnico MANEÇO QUINDERE, pelos os também nomeados e consagrados LEONARDO CAIMI (Tenor) e JORGE DE CARVALHO (Iluminador).
CLÁUSULA SEXTA: DO CONTRATO - Alteração quantitativa, com decréscimo, passando a figurar o valor global do referido instrumento - Contrato nº 002/2018 - R\$ 1.340.502,00 (hum milhão, trezentos e quarenta mil oitocentos e dois reais).
DATA DE ASSINATURA: 25/04/2018.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93; Lei Estadual nº 287/79 e Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2016.
AUTORIZAÇÃO: **PROCESSO** nº E-18/005/163/2018.
* Omitido no D.O. de 15/05/2018.

Id: 2111563

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria de Estado de Cultura-FUNARJ/SEC-RJ e da Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro, torna público o interesse a seleção de projetos culturais para programação regula na áreas externas da Casa da Marquesa de Santos - Museu da Moda Brasileira, localizada na Av. Pedro II, 293 - São Cristóvão, RJ para o ano de 2018.
Esta Chamada Pública tem por objetivo o fomento à produção e difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais, alinhados aos eixos do Sistema Estadual de Cultura.
Outros esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos no portal da FUNARJ: www.funarj.rj.gov.br

Id: 2111443

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2018

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria de Estado de Cultura-FUNARJ/SEC-RJ e da Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro, torna público o interesse a seleção de projetos culturais para programação regula na áreas externas do Museu da História e

Artes do Estado do Rio de Janeiro - Museu do Inga, localizado na Rua Presidente Pedreira, nº 78 - Inga/ Niterói-RJ, para o ano de 2018.

Esta Chamada Pública tem por objetivo o fomento à produção e difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais, alinhados aos eixos do Sistema Estadual de Cultura.
Outros esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos no portal da FUNARJ: www.funarj.rj.gov.br

Id: 2111439

Procuradoria Geral do Estado

3º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, nos termos da Resolução PGE nº 4.194, de 04.04.2018, faz saber aos interessados que

- 1 - A Prova Objetiva do 3º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado será realizada no dia 23 de junho de 2018, sábado, na sede da Procuradoria Geral do Estado, Rua do Carmo, nº 27, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- 2 - A prova terá a duração de 3 (três) horas;
- 3 - Os candidatos deverão apresentar-se munidos de:
- Documento de identificação oficial, com foto;
- Caneta de tinta azul ou preta indelevel, de qualquer tipo, inclusive esferográfica;
- 4 - O horário para ingresso dos candidatos nas salas onde prestarão o Exame é das 10h00 (dez horas) às 10h30 (dez horas e trinta minutos), quando os acessos serão fechados, considerando-se eliminados do certame os eventuais retardatários;
- 5 - Qualquer que seja a hora de ingresso, os candidatos somente poderão retirar-se do local da prova 1 (uma) hora após seu início. Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos.

Estão convocados para o Exame de Seleção os candidatos que tiveram seus pedidos de inscrição deferidos, na forma do Edital publicado no D.O.E.RJ de 22/05/2018, observando-se a distribuição de salas abaixo indicada:

Distribuição de Candidatos por Sala
Procuradoria Geral do Estado

14º ANDAR

SALA 01 - 60 CANDIDATOS:

De: Ademilson Jose Cruz de Almeida Junior

Até: Dalton Cezar de Oliveira de Sousa Ferreira

SALA 02 - 30 CANDIDATOS:

De: Daniel da Silva

Até: Fernanda Maria Alves da Costa

SALA 03 - 90 CANDIDATOS:

De: Fernanda Oliveira da Silva

Até: Melquizeze Ramos da Silva

SALA 04 - 90 CANDIDATOS:

De: Michelle da Silva

Até: Zuleide Luiza Cravo

Id: 2111429

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

41º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO
DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos da Resolução PGE nº 4.204, de 18/04/2018, faz saber aos interessados que a Prova Objetiva do 41º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária será realizada no dia 16 de junho de 2018, sábado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rua São Francisco Xavier, nº 524, Bloco F, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.
Os candidatos deverão ingressar nas salas no horário de 10h00 (dez horas) até às 10h30 (dez horas e trinta minutos), quando os acessos serão fechados, considerando-se eliminados do certame os eventuais retardatários.

Id: 2111428

A CEPERJ quer compartilhar com você.
Venha curtir.

www.facebook.com/fundceperj/

Ha mais de 50 anos, a Fundação CEPERJ é referência como a Escola de Governo do Estado do RJ, promotora de concursos e difusora de pesquisa e conhecimento. Agora, queremos ficar mais próximos da sociedade e, principalmente, de você, servidor.

Esta não é a nossa nova Fanpage no Facebook. Venha curtir e siga de perto o que a CEPERJ tem a oferecer. Afinal, compartilhar conhecimento com você, servidor, é o mais importante para a gente.

CEPERJ